



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

### Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana

Aos 08 de maio de 2020, às 14:00, reuniram-se, online e na sede da secretaria de mobilidade os membros do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, de acordo com a conferência. Estavam presentes: Paulo Roberto Guimarães, Débora Redondo, Marcelo Veneziani, Cássio Urano, Ronaldo Rodrigues, Lohan Fuly, Oswaldo Vieira, Marcelo Correa, Carlos Eduardo, Adilson Gomes, Jair Gustavo, Reinaldo Fagundes, Luana Mavila. Estavam presentes enquanto representantes da Fundação Getúlio Vargas: Ciro Biderman, coordenador do projeto, Patrícia Alencar, coordenadora institucional e os técnicos: German, Sarah, Luis Otávio, Eurídice, Matheus, Tainá, Leonardo, Vitor e Vinícius. Também estavam presentes o Sr. Elias, Presidente do Sindicato dos Condutores, o Sr. Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira, Sr. Rodolfo Arantes e Sr. Rodrigo Ribeiro.

O Presidente deu início à reunião, comunicando as pautas a serem abordadas, que foram previamente enviadas por e-mail aos conselheiros. Ficou estabelecido a necessidade de acionar a função “levantar a mão” no aplicativo para pedir a palavra e então deu-se início à pauta passando a palavra para o coordenador do projeto do novo transporte público, Sr. Ciro Biderman da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Deu-se início à apresentação em que foi exposto pelos técnicos da FGV os aspectos técnicos da operação bem como o arcabouço jurídico que serviu de base para a modelagem do modelo a ser adotado. Após a apresentação quanto aos aspectos do edital, deu-se a oportunidade para que todos os presentes se manifestassem e retirassem dúvidas quanto à apresentação.

Oswaldo, representante da SEURBS, não manifestou interesse em questionamentos.

Marcelo Correa, representante dos operadores, questionou sobre como se daria o desvio de rota para o transporte sob demanda, principalmente no caso do gráfico em que houve desvio de uma rota. Matheus respondeu que o algoritmo não poderá penalizar outros usuários e que o desembarque não será prejudicado. Esclareceu que o desvio de caminho não é obrigatório e que haverá ajustes que garantam o atendimento dos usuários. Marcelo Correa também questionou se não seria pouco tempo os 10 anos dos ônibus articulados. Matheus respondeu que a idade foi colocada como critério 10 anos em conjunto com o tempo do contrato, evitando-se a necessidade de troca de veículo. Tainá complementou que o valor residual do veículo ainda é considerado no planejamento do fluxo de caixa e que é considerado que o veículo dure mais de 10 anos. Marcelo Correa questionou o porquê da redução do tempo de contrato de 12 para 10 anos. Tainá respondeu que foi realizada modelagem com outros anos e que nessa modelagem de 10 anos houve maior equilíbrio contratual e foi mais benéfico em prol da modicidade tarifária. Por fim, questionou-se sobre a diferença entre valores dos lotes e se isso geraria desconforto entre os concorrentes. Tainá respondeu que os lotes possuem características diferentes e que o critério a ser adotado leva em consideração a menor tarifa e não a outorga onerosa. Além disso, pontuou que se o valor fosse equiparado um lote teria maior atratividade, visto ser necessário menos gasto para operá-lo. Leonardo complementou que a taxa de retorno é a mesma para ambos os lotes. Ciro encerrou com a informação que para o usuário não haverá diferença na tarifa.

Eduardo, representante dos alternativos, não manifestou interesse em questionamentos.

Mara, representante do transporte escolar, questionou se pelo fato de ser um pregão internacional não ocasionaria problemas para a licitação. Marcelo respondeu que não vê problema para a adoção do modelo de concorrência internacional e que o edital trás segurança jurídica à licitação, além de permitir que haja maior competitividade. Sarah complementou que a modalidade adotada será a Concorrência Pública e que não pode afirmar se haverá envio físico de documentação, mas que será pautada pela regulamentação federal.

Jair Gustavo, representante do SENAC, questionou como será trabalhada no projeto a questão da sustentabilidade ambiental, da participação da população e se haverá um sistema de dados abertos. O



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

conselheiro indagou se participação se dará apenas através de aplicativos, sendo apenas consulta. Jair Gustavo sugeriu utilizar a metodologia Living Lab (laboratório aberto) que permite uma coparticipação dos usuários no processo, e que está alinhada com o conceito de "Cidade para Pessoas", instituído através do Plano de Mobilidade Urbana. Matheus apresentou que em relação ao impacto ambiental que por se tratarem de veículos novos, devem seguir regras mais restritas e que a mudança de sistema geralmente traz benefícios. Patrícia e Ciro apresentaram que a premissa das plataformas é possuir dados abertos para serem trabalhados em benefício do sistema. (Retificado, conforme solicitado pelo representante)

Reinaldo, representante da FATEC, questionou que não apareceu claramente como será adotada a revisão dos 15% de variação da demanda relativos à revisão na fórmula de reajuste. A equipe pontuou que são assuntos diferentes e sua aplicação será de forma distinta. Paulo Guimarães pontuou que no modelo atual há o reajuste e em conjunto é realizada a revisão. Complementou que no modelo proposto à revisão passa a ser separada do reajuste anual e tem data prevista para ocorrer e com critérios claros para aplicação. Tainá expôs que no modelo proposto será adotado o modelo de fluxo de caixa marginal na revisão proposta. Também questionou sobre a existência de valor residual dos bens da concessão e quanto ao modelo de integração e tarifa questionou sobre a tarifa diária que outros países adotam e se essa sugestão não poderia ser adotada. Por fim questionou de não ter visto quanto a quantos quilômetros rodados ocorrerá a variação.

Luana, representante dos usuários, questionou quanto à tarifa, pois esperava que seria menor e que tal valor afeta autônomos que não possuem opções de lazer e cultura em seus bairros e precisam se deslocar. Questionou sobre a integração das vans ao sistema. Também realizou a observação se haveria o risco do sistema passar pelos mesmos problemas que o BRT do Rio de Janeiro. Alega que o BRT do Rio de Janeiro beneficiou as duas pontas, mas não favorecia quem ao longo do trajeto precisaria integrar e seguir viagem. Ciro respondeu que a tarifa é um parâmetro que foi adotado para garantir o retorno financeiro mínimo desejável e que existe a expectativa de redução, visto que se trata de um teto e a disputa se dará pelo menor preço da tarifa. Além disso, pontuou que há a perspectiva de integração do sistema alternativo aos meios de pagamento, visto se tratar de um modal já consolidado no Município. Em relação à comparação do BRT do Rio de Janeiro, afirmou que não será adotado como exemplo o modelo do Rio de Janeiro. Ao contrário, o modelo proposto permitirá que em locais como a ECO seja otimizada e que viagens possam ser atrasadas/adiantadas para que haja conexão entre todos os veículos que se dirigem para o local.

Sr. Elias, presidente do Sindicato dos Condutores, manifestou que considerando a apresentação o sistema demonstra que os usuários serão bem atendidos, contudo pontuou que gostaria de manifestar sobre a modificação nos postos de trabalho. Manifestou especial preocupação com o posto de trabalho dos cobradores no novo modelo. Paulo Guimarães respondeu que estão sendo levadas em consideração várias tratativas, tanto com as empresas como com o sindicato, da quantidade de pessoas que está em vias de aposentadoria e que basicamente a proposta permite a requalificação das funções. Destacou que o sindicato está convidado para participar das reuniões.

Eu, Marcelo Veneziani, secretariei a presente ata, devidamente assinada por mim e encaminhada aos membros do COMOB para ciência de forma digital.

São José dos Campos, 08 de maio de 2020.

  
Marcelo Veneziani  
Diretor Administrativo